



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

# **DIVULGAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS**

---

4º TRIMESTRE DE 2021

2021

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis  
4º Trimestre de 2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

**REITOR:**

[Aécio José Araújo Passos Duarte](#)

**PRO REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO :**

[Leonardo Carneiro Lapa](#)

**DIRETORIA DE ORÇAMENTO:**

[Diogo Soares de Melo Magalhães](#)

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA:**

[José Virolli Chaves](#)

**COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE:**

[Eron Paz Rosado](#)

**EQUIPE TÉCNICA:**

[Maria Pedrina Silveira de Oliveira](#)

[Moises Silva de Souza Filho](#)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano – é uma autarquia do Poder Executivo, de administração indireta vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), criado nos termos da Lei n.º11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IF Baiano é originário da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, dos municípios de Catu, Guanambi, Senhor do Bonfim e Santa Inês e das Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac – EMARC, dos municípios de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Urucuá e Valença.

A partir do projeto de expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os Campi de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique foram implantados, fazendo com que a nossa instituição tenha 14 unidades de ensino que alcançam 19 territórios de identidade do Estado.

Até 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano tinha uma unidade de administração central, a Reitoria, e 10 (dez) campi em pleno funcionamento, ofertando cursos em diferentes níveis e modalidades. Em 2015, somou-se às outras dez unidades o campus Serrinha e, em 2016 os campi Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique completaram essa etapa de expansão. Assim, o IF Baiano é uma rede composta por 14 (quatorze) campi e pela Reitoria, conforme quadro seguinte:

Órgão 26404-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano:

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada Órgão 26404	
Código SIAFI	Nome
151889	CAMPUS BOM JESUS DA LAPA
154579	CAMPUS VALENCA
154580	CAMPUS ITAPETINGA
154581	CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS
154617	CAMPUS URUCUCA
154618	CAMPUS GOV. MANGABEIRA
155821	CAMPUS SERRINHA
155884	CAMPUS ITABERABA
155885	CAMPUS XIQUE-XIQUE
155891	CAMPUS ALAGOINHAS
158129	REITORIA
158277	CAMPUS SANTA INES
158435	CAMPUS SENHOR DO BONFIM
158442	CAMPUS GUANAMBI
158443	CAMPUS CATU



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

O(A) Reitor(a) é eleito(a) para um mandato de quatro anos e realiza a gestão acadêmica e administrativa com a colaboração de dois órgãos colegiados – o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes.

Como órgão executivo, responsável pela condução dos processos de gestão administrativa e acadêmica, a Reitoria possui cinco pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN) e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). A Reitoria dispõe de 02 (duas) diretorias sistêmicas: a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) e Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), além de Órgãos de assessoramento.

Os campi possuem uma Diretoria Acadêmica e uma Diretoria Administrativa, que, por sua vez, desdobram-se em coordenações, em setores, em secretarias, em núcleos e em demais estruturas organizacionais de nível operacional que executam as atividades finalísticas e de suporte.

## **2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO**

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Órgão IF Baiano, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000.

As DCON abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sistema responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial da União. As DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras (UG) subordinada ao Órgão.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômica, financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público ). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

#### V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O uso do conceito de Conta Única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e aqueles destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Na consolidação das Demonstrações Contábeis do IF Baiano, são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as UGs que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), visto que essas formam o ente econômico Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP.

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

A DMPL não compõe as demonstrações contábeis apresentada pela Unidade, uma vez que esse demonstrativo é obrigatório para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

### **3 – RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA, que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da Seguridade Social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

A seguir, serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IF Baiano, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP:

(a) Moeda Funcional e saldos em moedas estrangeiras. A moeda funcional da União é o Real, sendo utilizado a mesma moeda pelo Órgão.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa. Incluem dinheiro em caixa, Conta Única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

(c) Créditos a Curto Prazo. Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo. São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques. Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o PEPS (Primeiro que Entra Primeiro que Sai). Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo. Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e das correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção refere-se aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo PEPS.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado. O imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

inicial, fica sujeito à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiver vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do immobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

(h) Intangível. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Diferido Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo foi amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

(j) Depreciação, Amortização ou Exaustão de bens imóveis não cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e bens móveis. A base de cálculo para a depreciação, para a amortização e para a exaustão é o custo do ativo immobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os Bens Móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(l) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet. O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos Bens Imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(m) Passivos Circulantes e Não Circulantes. As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no Passivo Não Circulante), os Passivos Circulante e Não Circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

(n) Ajustes de Exercícios Anteriores. Ressalta-se a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do Órgão, sem transitar pelas contas de resultado, por se referirem a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

(o) Restos a Pagar. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, realizadas a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (que tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

I. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;

II. Dívida Pública Federal Externa (DPFe) avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das Demonstrações Contábeis.

(p) Provisões. As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

(q) Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência. Na União, existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo). Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, conseqüentemente assim para o Órgão, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, têm sido realizados e contabilizados os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

(r) Ativos e Passivos Contingentes. Os Ativos e Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

(s) Apuração do resultado. No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(s.1) Resultado patrimonial. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

(s.2) Resultado orçamentário. O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit / déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

(s.3) Resultado financeiro. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Órgão.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Instituto, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Salienta-se que esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua avaliação permite, também, a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A seguir, serão detalhados os principais itens dos Demonstrativos Contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas, podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

#### **4 – NOTAS EXPLICATIVAS 4º TRIMESTRE – BALANÇO PATRIMONIAL (BP)**

O Balanço Patrimonial é a Demonstração Contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os Ativos e Passivos são conceituados e segregados em Circulante e Não Circulante. No Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, parte V, 7 ed. 2017).

Do total do Ativo, 76,31% concentra-se no Ativo Não Circulante, onde o imobilizado tem a maior representatividade. No 4º trimestre de 2021, o Órgão apresentou um acréscimo de 8,97% do seu Ativo Total em relação ao final do 4º trimestre de 2020. Este aumento foi mais representativa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

no grupo Ativo Circulante, no subgrupo Demais Créditos e Valores. Já no grupo Ativo Não Circulante observa-se uma redução de 1,88% em 31 de dezembro de 2021 em relação a mesma data do exercício anterior. Esta redução é oriunda, principalmente, pelo aumento no Subgrupo Depreciação Acumulada Bens Móveis e Imóveis de 10,56%.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo:

Tabela: Composição do Ativo:

COMPOSIÇÃO ATIVO	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	70.074.794,56	41.386.123,70	23,69	69,32
ATIVO NÃO CIRCULANTE	225.682.044,16	230.012.897,56	76,31	-1,88
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>295.756.838,72</b>	<b>271.399.021,26</b>	<b>100</b>	<b>8,97</b>

Fonte: Siafi 2021,2020.

#### 4.1 - Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios:

- (a) disponibilidade para realização imediata ou
- (b) possui expectativa de realização até doze meses da data da demonstração contábil.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Ativo Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO CIRCULANTE	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.257.523,08	23.464.292,72	38,90	16,17
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	38.496.621,32	14.271.545,22	54,94	169,74
ESTOQUES	4.320.650,16	3.650.285,76	6,17	18,36
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>70.074.794,56</b>	<b>41.386.123,70</b>	<b>100</b>	<b>69,32</b>

Fonte: Siafi 2021, 2020.

##### 4.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em “Moeda Nacional” e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

em “Moeda Estrangeira”. Como foi citado anteriormente, no IF Baiano contemplam-se apenas “Moeda Nacional”.

No quarto trimestre de 2021, nota-se um acréscimo de 69,32% do Ativo Circulante Total, em relação a dezembro do ano anterior. Esse aumento decorrem principalmente, de adiantamentos de férias e décimo terceiros salários contidos no subgrupo Demais Créditos a Curto Prazo e do aumento do grupo de Caixa e Equivalentes de Caixas.

Destaca-se o aumento no sub grupo Caixa e Equivalente de Caixa, decorrentes da disponibilidade financeira no final do exercício que será utilizada para pagamentos de obrigações no primeiro trimestre do ano de 2022.

O item Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é o que tem maior representatividade, correspondendo a 54,94% do total do Ativo Circulante.

## 4.2 - Ativo Não Circulante

Compreendem os ativos que têm expectativa de realização após 12 (doze) meses da data das Demonstrações Contábeis.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Não Circulante:

Tabela: Composição Ativo Não Circulante:

COMPOSIÇÃO ATIVO NÃO CIRCULANTE	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
IMOBILIZADO	224.877.447,62	229.260.193,72	99,64	-1,91
INTAGÍVEIS	804.596,54	752.703,84	0,36	6,89
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>225.682.044,16</b>	<b>230.012.897,56</b>	<b>100</b>	<b>-1,88</b>

Fonte: Siafi 2021,2020.

O Ativo Não Circulante é composto em 99,64% do item “Imobilizado”, correspondente a R\$ 224,8 milhões.

Houve uma redução de 1,88% do total do Ativo Não Circulante em relação ao fechamento do ano anterior, decorrentes da apropriação da depreciação, baixa por desfazimento de bens móveis. Vale destacar reclassificações de bens registrados em obras em andamentos, que serão apresentadas a seguir.

### 4.2.1- Ativo Imobilizado

O imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis do IF Baiano. Os bens são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### 4.2.1.1– Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26404 possuíam saldo líquido no quarto trimestre de 2021 de R\$ 37,7 milhões em diversas contas de Bens Móveis, conforme tabela a seguir:

Tabela: Bens Móveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BEN MÓVEIS	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	26.461.125,05	24.798.094,75	28,09	6,71
BENS DE INFORMATICA	20.097.065,10	19.722.802,60	21,33	1,90
MOVEIS E UTENSILIOS	22.168.538,28	21.342.620,23	23,53	3,87
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	6.774.223,53	6.285.250,84	7,19	7,78
VEICULOS	17.038.395,21	16.739.993,85	18,09	1,78
SEMOVENTES	654.855,65	728.486,94	0,70	-10,11
DEMAIS BENS MOVEIS	1.013.196,19	454.196,19	1,08	123,07
<b>TOTAL BENS MÓVEIS</b>	<b>94.207.399,01</b>	<b>90.071.445,40</b>	<b>100,00</b>	<b>4,59</b>
DEPRECIACÃO (-)	56.504.800,07	51.106.883,53	---	10,56
<b>TOTAL LÍQUIDO BENS MÓVEIS</b>	<b>37.702.598,94</b>	<b>38.964.561,87</b>	<b>---</b>	<b>-3,24</b>

Fonte: Siafi 2021,2020.

Nota-se uma diminuição do saldo líquido de Bens Móveis de 3,24% no quarto trimestre do ano corrente em relação ao dezembro de 2020. Essa redução é justificada principalmente pela apropriação da depreciação do período e por baixas patrimoniais móveis conforme processo de desfazimento 23327.001543/2019-85.

Apesar da redução do saldo líquido, é válido destacar o aumento nos subgrupos Material Cultural, Educacional e de Comunicação (7,78%), Máquinas Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (6,71%) e Móveis e Utensílios (3,87%), decorrentes de doações recebidas e de aquisições, cujos objetivos são: o equipamento das bibliotecas e a estruturação para o funcionamento dos Campi.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Esse desinvestimento é ocasionado pela diferença proporcional entre o aumento da depreciação e o aumento total dos bens permanentes, onde é justificado pelos investimentos entregues em exercícios anteriores, pela diminuição do plano de expansão da rede federal de ensino e pelas reduções orçamentárias referentes a despesas de capital.

É válido destacar que a redução de 10,11% no subgrupo semoventes, são decorrentes a reclassificações contábeis para o subgrupo Equipamentos de Montaria, situada no grupo de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, realizadas na unidade de Teixeira de Freitas e da baixa na unidade de Itapetinga, conforme processo 23331.250927.2021-85.

Já o aumento no subgrupo Demais Bens Móveis de 116,47%, também são provenientes reclassificações contábeis do subgrupo Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos na unidade de Valença.

Os mais representativos são Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios, representando 72,95% do total de Bens Móveis.

A apuração mensal da depreciação é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

#### 4.2.2.2– Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da IF Baiano em 31 de dezembro de 2021, totalizavam um saldo líquido R\$ 187,1 milhões e estavam distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela: Bens Imóveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BENS IMÓVEIS	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	109.491.135,74	94.435.705,02	57,94	15,94
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	---	---	---	---
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	78.231.681,56	96.592.657,39	41,40	-19,01
INSTALACOES	1.254.030,43	900.539,72	0,66	39,25
<b>TOTAL BENS IMÓVEIS</b>	<b>188.976.847,73</b>	<b>191.928.902,13</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,54</b>
DEPRECIACAO (-)	1.801.999,05	1.633.270,28	---	10,33
<b>TOTAL LÍQUIDO BENS IMÓVEIS</b>	<b>187.174.848,68</b>	<b>190.295.631,85</b>	<b>---</b>	<b>-1,64</b>

Fonte: Siafi 2021, 2020.

Em síntese, os Bens de Uso Especial, mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário são constituídos de Imóveis: Edifícios, Terrenos/Glebas, Imóveis de Uso Educacional, Fazendas, Parques e Reservas, entre outros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Os bens imóveis em andamento compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos, etc.), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.

A próxima tabela visa apresentar a composição do subgrupo Obras em Andamento:

Tabela: Obras em Andamento - Composição por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO OBRAS EM ANDAMENTO	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
VALENÇA	0,00	61.506,93	0,00	-100
BOM JESUS DA LAPA	170.937,47	0,00	0,22	100
ITAPETINGA	5.490.719,54	5.490.719,54	7,02	---
TEIXEIRA DE FREITAS	2.997.940,55	2.903.618,06	3,83	3,25
URUÇUCA	0,00	8.474.795,19	0,00	-100,00
SANTA INES	4.584.373,31	4.590.590,82	5,86	-0,14
SENHOR DO BONFIM	8.347.070,47	8.347.070,47	10,67	---
GUANAMBI	7.247.225,42	7.039.744,87	9,26	2,95
CATU	0,00	10.953.943,07	0,00	-100,00
SERRINHA	14.541.062,76	14.534.845,25	18,59	0,04
ITABERABA	8.540.781,00	7.970.505,62	10,92	7,15
XIQUE-XIQUE	7.631.294,13	7.545.040,66	9,75	1,14
ALAGOINHAS	15.395.429,76	15.395.429,76	19,68	---
REITORIA	3.284.847,15	3.284.847,15	4,20	---
<b>TOTAL OBRAS EM ANDAMENTO</b>	<b>78.231.681,56</b>	<b>96.592.657,39</b>	<b>100,00</b>	<b>-19,01</b>

Fonte: Siafi 2021, 2020.

Houve uma variação negativa de 19,01% na conta Bens Imóveis em Andamento no fechamento do quarto trimestre de 2021 em relação a abertura do ano corrente, oriundas de reclassificações e registro no SPIUNET das obras concluídas, conforme registros no SIAFI: 2021PA000014 (Valença), 2021PA000011 (Catu) e 2021PA000038 (Uruçuca).

Estas reclassificações basearam-se na análise de registros sistêmicos e entrevista com os Campi, buscando a primazia da essência sobre a forma, pois não foram apresentados laudos de entregas das obras. Dessa forma, os registros contábeis e de controle, não excluem os procedimentos administrativos complementares.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Apesar da redução do saldo na referida conta, decorrentes das reclassificações, vale ressaltar o aumento, as quais destacamos:

- da execução de projeto de unidade de beneficiamento de plantas medicinais e melhorias em viveiros de mudas, na unidade de Teixeira de Freitas.
- da reforma e ampliação do refeitório na unidade de Guanambi.
- da construção do refeitório do campus Itaberaba.
- da construção da quadra poliesportiva na unidade de Xique – Xique.
- da construção do galpão na unidade de Bom Jesus da Lapa.

É válido salientar que após a conclusão das obras, os registros na conta de Bens Imóveis em Andamento deverão ser reclassificados. Para isso, a Coordenação de Contabilidade está analisando junto aos setores competentes as documentações necessárias para as devidas reclassificações.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Patrimônio da União (STN/SPU) nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e sobre requisitos gerais para mensuração, para atualização, para reavaliação e para depreciação dos Bens Imóveis da União, das Autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O registro da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet do IF Baiano vem sendo realizado regularmente.

#### **4.2.3 – Ativos Intangíveis**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Órgão IF Baiano, apesar de ter Ativos Intangíveis produzidos internamente, devido impossibilidade de sua mensuração, não pode ativá-los. Assim, esses ativos gerados internamente foram reconhecidos como Variação Patrimonial Diminutiva em que foram incorridos.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para o quarto trimestre do exercício de 2021 comparado ao último trimestre do ano anterior.

Tabela: Ativos Intangíveis – Composição:

COMPOSIÇÃO BENS INTANGÍVEIS	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	804.476,54	752.583,84
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	---	---
MARCAS/DIREITOS/PATENTES VIDA ÚTIL INDEFINIDA	120,00	120,00
<b>TOTAL BENS INTANGÍVEIS</b>	<b>804.596,54</b>	<b>752.703,84</b>

Fonte: Siafi 2021, 2020.

Observa-se que o subgrupo dos softwares com vida útil indefinida representa 99,99% do total dos intangíveis. Ainda é válido salientar que a Reitoria possui maior representatividade dentre as demais Unidades Gestoras em relação ao grupo de Intangíveis com 82,54%.

Ainda é oportuno informar que a variação positiva entre abertura do ano corrente e 31 de dezembro de 2021 foi de 6,89%, decorrente da aquisição de softwares nas unidades de Bom Jesus da Lapa, Serrinha, Itaberaba, Itapetinga e Alagoinhas.

A apuração mensal da amortização é realizada conforme orientação contida na macrofunção 02.03.30, utilizado o método de quotas constantes.

### 4.3 – Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os Ativos e os Passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como Patrimônio Líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o Patrimônio Líquido: o patrimônio ou capital social, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as demais reservas, as ações em tesouraria,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

os resultados acumulados e outros desdobramentos. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Do total do Passivo e Patrimônio Líquido, 15,18% concentravam-se no Exigível a Curto Prazo. Já as Obrigações a Longo prazo tinha representação em 0,36%, oriundas de lançamento contra o IF Baiano, referente a precatório lançado pelo Tribunal Regional Federal da 1º Região.

Já o grupo Patrimônio Líquido representam 78,90%, do total do Passivo e Patrimônio Líquido. Vale salientar que o item mais representativo é o Resultado de Exercícios Anteriores.

A tabela abaixo apresenta como está composto o Passivo e Patrimônio Líquido no final do exercício.

Tabela: Passivo e Patrimônio Líquido – Composição:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	61.339.916,90	53.253.714,86	20,74	15,18
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.057.138,92	---	0,36	100,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	233.359.782,90	217.839.039,51	78,90	7,12
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>295.756.838,72</b>	<b>271.092.754,37</b>	<b>100,00</b>	<b>9,10</b>

Fonte: Siafi 2021, 2020

### 4.3.1 – Passivo Circulante

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das Demonstrações Contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

A tabela a seguir apresenta a composição do Ativo Circulante:

Tabela: Composição Passivo Circulante:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO PASSIVO CIRCULANTE	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRABALH., PREVID. E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO	24.676.960,08	19.745.969,97	40,23	24,97
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	772.365,12	565.754,30	1,26	36,52
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.577,14	1.577,14	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	35.889.014,56	32.940.413,45	58,51	8,95
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>61.339.916,90</b>	<b>53.253.714,86</b>	<b>100,00</b>	<b>15,18</b>

Fonte: Siafi 2021, 2020.

No quarto trimestre de 2021, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, apresentou um saldo aproximado de R\$ 61,33 milhões no seu Passivo Circulante, sendo as mais representativas as “Demais Obrigações a Curto Prazo” (58,51%) e as “Obrigações Trabalhistas, Previdências e Assist. a Pagar” (40,23%).

No grupo “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo” nota-se um aumento de 36,52% em 31 de dezembro de 2021 em comparação fechamento do exercício do ano anterior. Esse aumento é justificado pela execução dos Restos a Pagar, bem como pela execução do orçamento do ano corrente referente às atividades de funcionamento.

Na próxima tabela, está demonstrada a composição por Unidade Gestora contratante com os respectivos valores de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31 de dezembro do ano corrente.

Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR POR UG	DEZEMBRO 2021	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	45.554,30	5,90
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENÇA	33.193,85	4,30
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	34.951,49	4,53
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	97.216,80	12,59
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	81.614,60	10,57
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	130,00	0,02
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	20.868,90	2,70
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	288.909,25	37,41
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	231,30	0,03
INSTFED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO - REITORIA	19.552,01	2,53
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	53.703,18	6,95
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	4.275,00	0,55
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	21.062,55	2,73
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	71.101,89	9,21
<b>TOTAL FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR</b>	<b>772.365,12</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi 2021

Constata-se que as Unidades Gestoras de Xique Xique, Teixeira de Freitas e Uruçuca, correspondem a 60,56% do total dos Fornecedores e Contas a Pagar.

Nas tabelas e gráficos apresentados a seguir, estarão relacionados os 5 (cinco) fornecedores com os valores mais significativos ao final do último trimestre de 2021, representando 59,20% dos contratados pelas unidades vinculadas do Órgão.

A Tabela abaixo apresenta os cinco maiores fornecedores a curto prazo e seus valores a serem pagos a curto prazo.

Tabela: Fornecedores e Contas a Pagar – Composição por fornecedor:

FORNECEDORES MAIS RELEVANTES	DEZEMBRO 2021
ELECTRA PRE-MOLDADOS LTDA	268.000,00
AS ENGENHARIA LTDA	55.226,89
GOMIDE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS EIRELI	54.800,00
ALLIANCE MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	44.133,16
DSP - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	35.137,17
<b>TOTAL FORNECEDORES MAIS RELEVANTES</b>	<b>457.297,22</b>

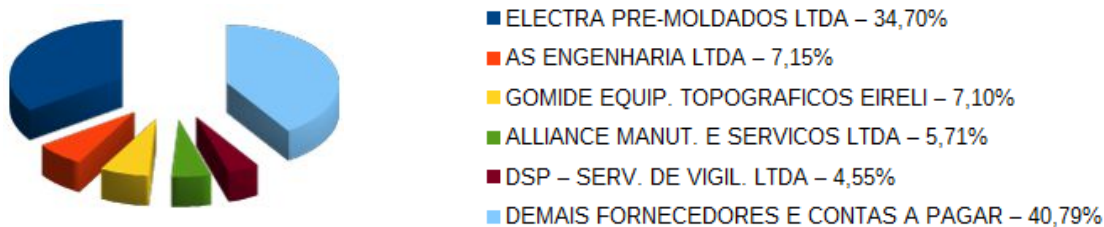
Fonte: Tesouro Gerencial 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

O próximo gráfico apresenta a representatividade dos 5 (cinco) maiores fornecedores a curto prazo em relação as obrigações totais do Órgão.

Gráfico: – Composição das obrigações com fornecedores a curto prazo:



Fonte: Tesouro Gerencial 2021

É oportuno informar que os cinco maiores fornecedores registrados no passivo deste Órgão, correspondem a 59,21% do total das obrigações a curto prazo do total de aproximado de R\$ 457,3 mil.

A seguir descrevemos o resumo do objeto destes cinco fornecedores mais significativos:

- **ELECTRA PRÉ-MOLDADOS LTDA** – Obrigação realizada pela Unidade Gestora de Xique Xique, referente a construção do galpão pré-moldado da quadra poliesportiva.
- **AS ENGENHARIA LTDA** – Obrigação realizada pela Unidade Gestora de Catu, referente contratação de empresa especializada para reforma do refeitório desta unidade.
- **GOMIDE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS EIRELI** – Obrigação realizada pela Unidade Gestora de Uruçuca, referente a aquisição de ativo imobilizado.
- **ALLIANCE MANUTENCAO E SERVICOS LTDA** – Obrigações realizadas pela Unidade Gestora de Bom Jesus da Lapa, referente a contratação de empresa especializada em fornecimento em mão de obra terceirizada.
- **DSP - SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA** – Obrigação realizada pela Unidade Gestora de Teixeira de Freitas, referente a contratação de empresa especializada em vigilância.

#### 4.3.2 – Patrimônio Líquido

O saldo apresentado no grupo Demais Reservas referem-se a reavaliação de bens móveis na Unidade Gestora de Guanambi.

Já os Resultados de Exercício Anteriores, item mais relevante do Grupo de Resultados Acumulados, referem-se a ajustes dos exercícios anteriores lançados pela Contabilidade do STN. Vale ressaltar o aumento de 7,36% no último trimestre do exercício corrente, neste subgrupo, em relação a 31 de dezembro do 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Os atos potenciais compreendem contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle. Assim os Potenciais Passivos registrarão os atos e fatos que possam vir a aumentar o Passivo ou diminuir o Ativo da entidade governamental.

As obrigações contratuais do IF Baiano apresentaram um aumento de 14,91% em relação a abertura do ano corrente. Esse aumento decorre, da liberação orçamentária e das obrigações registradas no SIAFI para execução das atividades nas unidades nos próximos exercícios.

A tabela abaixo retrata as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
Fornecimento de Bens	3.249.221,95	4.109.554,89	11,65	-20,93
Seguros	29.808,65	13.709,64	0,11	117,43
Serviços	24.623.176,92	20.158.587,14	88,25	22,15
<b>TOTAL OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS</b>	<b>27.902.207,52</b>	<b>24.281.851,67</b>	<b>100,00</b>	<b>14,91</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

No encerramento do quarto trimestre do exercício financeiro corrente, nota-se que as obrigações contratuais do Órgão são de R\$ 27,9 milhões, tendo maior representatividade aquelas relacionadas a fornecimentos de serviços, com 88,25%.

Tabela: – Composição Obrigações Contratuais do Órgão por Unidade Gestora:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR UNIDADE GESTORA	DEZEMBRO 2021	AV%
IF BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	1.855.473,98	6,65
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS VALENCA	124.786,36	0,447
INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS ITAPETINGA	785.998,41	2,82
INST. FED. BAIANO -CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	1.204.014,03	4,32
INST. FED. BAIANO - CAMPUS URUCUCA	1.525.745,11	5,47
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GOV. MANGABEIRA	1.031.590,85	3,70
INST.FED.BAIANO / CAMPUS SERRINHA	489.370,03	1,75
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ITABERABA	1.810.627,10	6,49
INST.FED.BAIANO / CAMPUS XIQUE-XIQUE	368.057,42	1,32
INST.FED.BAIANO / CAMPUS ALAGOINHAS	1.209.847,21	4,34
INSTFED DE EDUC CIENC E TECNOLOGIA BAIANO - REITORIA	4.700.869,48	16,85
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SANTA INES	1.391.094,81	4,99
INST.FED.BAIANO/CAMPUS SENHOR DO BONFIM	1.175.131,35	4,21
INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI	1.715.989,40	6,15
INST.FED.BAIANO/CAMPUS CATU	8.513.611,98	30,51
<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS</b>	<b>27.902.207,52</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro gerencial 2021.

Nota-se que as unidades Gestoras de Catu e Reitoria representam 47,36% dos contratos registrados no final no último trimestre do ano corrente.

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 5 (cinco) contratos mais significativos relativos ao quarto trimestre de 2021.

Tabela: – Obrigações Contratuais - Por Contratado:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES	DEZEMBRO 2021	AV%
SICES BRASIL LTDA	1.977.174,07	7,09
CONTRATO 04/2019 AS ENGENHARIA EIRELI	1.900.604,35	6,81
ELV MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIR	985.922,00	3,53
CLAND CONSTRUCAO E LOCAAO LTDA	884.682,43	3,17
CONTRATO 19/2021 - CONTINUA SISTEMAS DE SERV	842.275,80	3,02
<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS MAIS RELEVANTES</b>	<b>6.590.658,65</b>	<b>23,62</b>

Fonte: Tesouro gerencial 2021.

O próximo gráfico apresenta a representatividade dos 5 (cinco) maiores contratos em relação ao total dos atos potenciais passivos do Órgão.

Gráfico: – Composição Contratos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON



Fonte: Tesouro gerencial 2021.

A seguir descrevemos o resumo do objeto contratual realizado destes 05 contratos mais significativos do IF Baiano:

- **SICES BRASIL LTDA** - contratado pela Unidade Gestora Reitoria, tendo por objeto do contrato o fornecimento de módulos de geradores de energia solar fotovoltaicos a serem implantados na Reitoria e Campi.

- **CONTRATO 04/2019 AS ENGENHARIA EIRELI** - contratado pelo Campus Catu, cujo objeto do contrato são obras.

É oportuno informar que para o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), foram constatados contratos com as Unidades Gestoras da Reitoria (R\$187.975,59), Guanambi (R\$272.945,46), Itapetinga (R\$168.002,52), Itaberaba (R\$234.262,64) e Serrinha (R\$1.553,19), todos com mesmo objeto de contrato.

- **EVL MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** - contratado pela Unidade Gestora de Catu, tendo como objeto serviços de manutenção de equipamentos de climatização.

- **CLAND CONSTRUCAO E LOCACAO LTDA** - contratado pela Unidade Gestora de Santa Inês, tendo como objeto o fornecimento de mão de obra terceirizada.

- **CONTINUA SISTEMAS DE SERVICOS LTDA** - contratado pela unidade gestora de Catu, tendo por objeto do contrato a prestação de serviços terceirizados.

É oportuno informar que para o mesmo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), foram constatados outros contratos com as Unidades Gestoras da Senhor do Bonfim (R\$106.623,71) e na unidade Gestora de Catu, sendo apresentada da seguinte forma: Contrato 06/17 (R\$478.585,63), Contrato 07/17(R\$74.902,16) e Contrato 08/17(R\$74.902,16).

Destacam-se também os contratos firmados entre a empresa BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA. e as unidades gestoras de Bom Jesus da Lapa (R\$201.160,26), Valença (R\$1.746,16), Teixeira de Freitas (R\$15.445,99), Uruçuca (R\$157.464,42), Governador Mangabeira (R\$60.417,00), Reitoria (R\$138.043,20), Guanambi (R\$290.355,51) e Catu (R\$260.080,80), tendo como objeto do contrato serviços continuados de gerenciamento de meios logísticos – almoxarifado virtual.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

## 6 - AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes”.

Ela apresentou no quarto trimestre de 2021 um saldo devedor de R\$ 117.691,07, sendo o mais representativo regularizações lançadas na unidade de Uruçuca referentes baixas de almoxarifado solicitada por Comissão de Almoxarifado, conforme processo 23335.252130.2020-00.

## 7 – NOTAS EXPLICATIVAS 4º TRIMESTRE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

### 7.1 – Receitas

No quarto trimestre de 2021 as receitas realizadas, montaram a quantia aproximada de R\$ 763,6 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 353,1 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$ 352,3 milhões.

Essa disparidade pode ser justificada pelas Receitas Realizadas conterem valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo Órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e porque os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “Órgão/UG”. Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), são suficientes para atender às despesas empenhadas no exercício.

A tabela abaixo demonstra a Receita arrecadada por categoria econômica:

Tabela: – Composição Receitas por categoria econômica:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %
RECEITAS CORRENTES	341.706,00	671.356,52	196,47
RECEITAS DE CAPITAL	179.149.683,00	92.329,45	0,05
<b>TOTAL</b>	<b>179.491.389,00</b>	<b>763.685,97</b>	<b>0,43</b>

Fonte: SIAFI 2021

Conforme tabela referenciada, houve a realização de 0,43% do total previsto. A baixa realização decorre pela falta da realização das Receitas de Capital, oriundas de operações de créditos, esta frustrada.

Nota-se no quadro acima que houve a realização de Receitas Correntes, que evidência a realização em 196,47% da previsão atualizada.

Vale destacar a arrecadação com alienação de semoventes na unidade de Itapetinga, conforme 23331.250927.2021-85, não previstos proposta inicial.

A tabela seguinte, apresenta a composição das Receitas Correntes realizadas. Assim constata-se que ao final do exercício corrente, o IF Baiano tem nas receitas agropecuárias as mais representativas com 93,15%. Ainda, sobre este grupo de receitas, destaca-se a superação de 246,45% da realização em relação a previsão atualizada.

Tabela: – Composição Receitas Correntes:

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %
RECEITAS AGROPECUÁRIAS	253.759,00	625.398,78	246,45
RECEITAS PATRIMONIAIS	53.223,00	33.233,87	62,44
RECEITAS INDUSTRIAIS	---	750,00	---
RECEITAS DE SERVIÇOS	27.962,00	1.732,50	6,20
OUTRAS RECEITAS	6.762,00	10.241,37	151,45
<b>TOTAL</b>	<b>341.706,00</b>	<b>671.356,52</b>	<b>196,47</b>

Fonte: SIAFI 2021.

## 7.2 – Despesas

As despesas empenhadas totais, em 31 de dezembro do ano corrente, correspondem a 99,67% da dotação atualizada total, tendo as despesas correntes as mais representativas, com execução de 99,04% desde grupo. Estas despesas são responsáveis pelo funcionamento das unidades.

Observa-se que a realização de 188,16% das despesas de capital empenhadas, decorrem de recursos extraorçamentários, como Termos de Execução Descentralizadas (TED) e Emendas Parlamentares.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Vale destacar a aprovação e sansão da LOA, que aconteceu no segundo trimestre do ano corrente, dificultando a execução das atividades planejadas.

A tabela abaixo demonstra as Despesas realizadas por categoria econômica:

Tabela: – Composição Despesas por categoria econômica:

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	351.754.380,00	348.371.147,74	99,04
DESPESAS DE CAPITAL	2.514.944,00	4.732.139,09	188,16
<b>TOTAL</b>	<b>354.269.324,00</b>	<b>353.103.286,83</b>	<b>99,67</b>

Fonte: SIAFI 2021.

A tabela abaixo apresenta a composição da Despesas Correntes, bem como sua representatividade (valores empenhados).

Tabela: – Composição Despesas Correntes:

DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	REALIZAÇÃO %	AV%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	290.946.006,00	288.599.034,64	99,19	82,84
OUTRAS DESP. CORRENTES	60.808.374,00	59.772.113,10	98,30	17,16
<b>TOTAL</b>	<b>351.754.380,00</b>	<b>348.371.147,74</b>	<b>99,04</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2021

A tabela acima, demonstra que as despesas com pessoal e encargos sociais são os mais relevantes, representando 82,84% dos totais empenhados.

Prosseguindo na análise das despesas, veremos no gráfico adiante a composição detalhada, do grupo Outras Despesas Correntes.

Gráfico: – Composição Outras Despesas Correntes:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON



■	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA – 28,94%
■	OUTROS SERV. DE TERC. PJ – OP.INT.ORC – 23,96%
■	AUXILIO-ALIMENTACAO – 15,46%
■	DEMAIS OUTRAS DESPESAS CORRENTES – 31,64%

Fonte: SIAFI 2021.

Verificou-se em 31 de dezembro do ano corrente, que o maior volume de despesas empenhadas, no sub grupo Outras Despesas Correntes, correspondendo ao total de 68,36%, concentram-se nos seguintes elementos: (a) Locação de Mão de Obra, (b) Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica, (c) Auxílio-Alimentação.

### 7.3 – Restos a Pagar

Para elaboração das Nota Explicativa relativa à execução orçamentária dos restos a pagar, considerou-se a execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP), referente à execução das unidades vinculadas ao Órgão, com o orçamento oriundos do próprio Órgãos consignado na LOA, computando-se também os orçamentos (créditos orçamentários) recebidos de outros Órgãos para execução de determinados programas governamentais.

A inscrição dos recursos é feita pela STN nos primeiros dias de janeiro de cada exercício financeiro, de acordo com a rotina de encerramento do exercício, referente à execução orçamentária do exercício imediatamente anterior, conjugada à reinscrição relativa a exercícios anteriores.

Em janeiro de 2021, foram inscritos na rubrica RPNP, despesas da ordem de R\$ 38,7 milhões considerando RPNP Reinscritos (16,32%) e os inscritos do exercício financeiro de 2021 (83,68%).

Cabe destacar que houve um aumento de 49,65% nas despesas inscritas na rubrica de RPNP, representando um aumento de R\$12,8 milhões em termos monetários. Esse aumento decorre principalmente da liberação orçamentária no final do exercício de 2020 e da impossibilidade da execução dos serviços e suspensão das atividades decorrentes da Pandemia COVID-19.

Apesar dos problemas apresentados anteriormente, nota-se uma redução significativa da inscrição dos RPNP no exercício corrente (73,62%).

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro, isto é, não houve a conclusão da entrega dos bens e/ou a prestação dos serviços contratados.

Tabela: – Composição RPNP Inscritos e Reinscritos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

RPNP INSCRITO E REINSCRITO	2021	2020	AV%	AH%
RPNP INSCRITO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.319.424,27	23.952.168,66	16,32	-73,62
RPNP INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	32.410.832,66	1.927.638,86	83,68	1.581,37
<b>TOTAL</b>	<b>38.730.256,93</b>	<b>25.879.807,52</b>	<b>100,00</b>	<b>49,65</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020

A próxima tabela apresenta a composição dos RPNP não processados do IF Baiano por unidade gestora inscritos no início do exercício financeiro corrente.

Tabela: – Composição RPNP Inscritos e Reinscritos por Unidade Gestora:

COMPOSIÇÃO RPNP INSCRITO E REINSCRITO POR UG	2021	AV%
CAMPUS BOM JESUS DA LAPA	2.007.037,95	5,18
CAMPUS VALENCA	2.584.805,35	6,67
CAMPUS ITAPETINGA	1.909.034,68	4,93
CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS	2.855.766,96	7,37
CAMPUS URUCUCA	2.860.634,26	7,39
CAMPUS GOV. MANGABEIRA	1.513.155,92	3,91
CAMPUS SERRINHA	1.171.124,44	3,02
CAMPUS ITABERABA	1.241.944,77	3,21
CAMPUS XIQUE-XIQUE	855.439,26	2,21
CAMPUS ALAGOINHAS	671.029,24	1,73
REITORIA	5.374.887,57	13,88
CAMPUS SANTA INES	4.748.656,91	12,26
CAMPUS SENHOR DO BONFIM	1.618.671,05	4,18
CAMPUS GUANAMBI	5.223.774,75	13,49
CAMPUS CATU	4.094.293,82	10,57
<b>TOTAL</b>	<b>38.730.256,93</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2021,2020.

Fica evidente, que as unidades da Reitoria, de Santa Inês, de Guanambi e de Catu, representam 50,20% do total das despesas inscritas e reinscritas em Restos a Pagar na abertura do exercício corrente.

Encerrado o quarto trimestre de 2021, após analisar a mesma rubrica, observa-se uma redução aproximada de 87,47% desde estoque. Na tabela seguinte é demonstrado como ocorreu esta execução.

Tabela: Execução RPNP 4º trimestre 2021:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

<b>EXECUÇÃO RPNP</b>	<b>DEZEMBRO 2021</b>
<b>SALDO INICIAL JANEIRO/2021 (A)</b>	<b>38.730.256,93</b>
<b>RPNP PAGOS (B)</b>	<b>29.116.113,83</b>
<b>RPNP CANCELADOS ( C )</b>	<b>4.761.780,42</b>
<b>SALDO FINAL RPNP EM 31/12/2021 = (A) - (B) - ( C )</b>	<b>4.852.362,68</b>

Fonte: SIAFI 2021.

É oportuno informar que o volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IF Baiano, foi justificada, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais do Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência dessas despesas e Pandemia COVID-19.

De acordo com o Decreto 93.872/86 alterado pelos Decretos 9.428/18 e 10.315/20, permanecem válidos, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se referirem às despesas do Ministério da Saúde, e aqueles decorrentes de emendas individuais impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 6, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2019 e decorrentes de emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 7, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2020.

Ainda o Decreto 10.579/20, estabeleceu regras para a inscrição de Restos a Pagar para as despesas oriundas para enfrentamento da Pandemia COVID-19, onde caso não tenham sido executadas no exercício corrente, teriam seus saldos cancelados em 31 de dezembro de 2021.

Vale salientar que a Coordenação de Contabilidade e a Diretoria Orçamentária do IF Baiano, reitera a suas unidades vinculadas, a solicitação para análise e baixa, com referência à orientação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN/STN, e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) em acórdãos que abordam o assunto.

## **8 - NOTAS EXPLICATIVAS 4º TRIMESTRE À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ( DVP )**

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, serão apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas Notas Explicativas desse demonstrativo.

### **8.1- Variações Patrimoniais Aumentativas**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Instituto e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

Observa-se conforme a tabela abaixo, um aumento de 8,32% ao final do último trimestre de 2021 comparado ao mesmo trimestre do ano de 2020. Esse aumento decorre principalmente das transferências intragovernamentais recebidas e reavaliações de imóveis, oriundas de lançamentos no SPIUNET, referente a reclassificações de obras em andamento nas unidades de Catu, Uruçuca e Valença.

Tabela: – Composição VPA:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
EXPLORAÇÃO DE VENDA DE BENS SERVIÇOS E DIREITOS	661.115,15	298.318,85	0,16	121,61
VPA FINANCEIRAS	0,00	473,56	0,00	-100,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	400.812.873,11	381.189.138,93	94,66	5,15
VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORP.DE PASSIVOS	21.785.477,49	8.836.568,89	5,15	146,54
OUTRAS VPAS	157.599,69	556.421,45	0,04	-71,68
<b>TOTAL</b>	<b>423.417.065,44</b>	<b>390.880.921,68</b>	<b>100,00</b>	<b>8,32</b>

Fonte: SIAFI 200. 2019..

## 8.2- Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ao Instituto, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

O quadro abaixo apresenta a composição das VPDs do IF Baiano por categoria, após fechamento do quarto trimestre do ano corrente.

Tabela: – Composição VPD



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO2020	AV%	AH%
PESSOAL, ENCARGOS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	65.591.502,30	64.730.774,94	75,78	1,01
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO CAPITAL FIXO	10.322.530,08	11.191.195,43	11,93	-0,93
VPD FINANCEIRAS	2.068,48	1.404,01	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	7.949.842,51	8.480.553,15	9,18	-0,57
DEVALORIZAÇÃO E PERDAS C/ ATIVOS E INCORP.DE PASSIVOS	1.537.187,25	32.605.325,99	1,78	-1,69
TRIBUTÁRIAS	8.610,48	14.819,45	0,01	0,00
OUTRAS VPDS	1.147.708,65	1.407.225,46	1,33	-0,24
<b>TOTAL</b>	<b>86.559.449,75</b>	<b>118.431.298,43</b>	<b>100,00</b>	<b>-26,91</b>

Fonte: SIAFI 2021,2020.

Nota-se um aumento VPDs em 10,30% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Este aumento é justificado principalmente pelo aumento de despesas no grupo desvalorização com perdas de ativos , oriundas de reclassificações de obras em andamento concluídas e lançamentos destas no SPIUNET, nas unidades de Catu Uruçuca e Valença. Também destacam-se as transferências e delegações concedidas, para pagamento das despesas correntes e de Restos a Pagar e as VPDs relacionadas a Pessoal, Encargos, Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

## 9 - NOTAS EXPLICATIVAS 4º TRIMESTRE AO BALANÇO FINANCEIRO (BF)

A Lei nº 4.320/1964, define o Balanço Financeiro – BF como sendo a Demonstração Contábil que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para início do exercício seguinte. (MCASP, 7º Ed. 2017).

### 9.1 Ingressos:

A tabela seguinte apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no quarto trimestre de 2021, no âmbito do IF Baiano. Verifica-se uma variação positiva no total dos ingressos de 4,83%, justificada principalmente pelas Transferências Financeiras Recebidas, quando comparada no mesmo período do ano anterior.

Ainda, saldo do Exercício Anterior, composto pelo item Caixa e Equivalente de Caixa, demonstra uma redução de 1,77%.

Tabela: – Composição Ingressos:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

COMPOSIÇÃO INGRESSOS	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	763.685,97	301.340,65	0,16	153,43
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	397.210.217,61	374.644.685,08	83,62	6,02
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	53.552.102,06	54.267.456,83	11,27	-1,32
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	23.464.292,72	23.887.729,74	4,94	-1,77
<b>TOTAL</b>	<b>474.990.298,36</b>	<b>453.101.212,30</b>	<b>100,00</b>	<b>4,83</b>

Fonte: SIAFI 2021, 2020.

## 9.2 Dispêndios:

No grupo de dispêndios, verifica-se que as despesas orçamentárias são os mais representativos do total dos dispêndios no quarto trimestre do ano corrente.

Constata-se, da mesma forma em relação aos ingressos, que houve um aumento nos valores relativos aos dispêndios realizados no quarto trimestre de 2021 em 4,83% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Vale destacar, que os dispêndios relacionados a Despesas Orçamentárias, são as mais representativas. Salienta-se o a variação positiva dos dispêndios relacionados aos Pagamentos Extraorçamentários em 31 de dezembro de 2021, comparado a mesma data do exercício anterior.

Tabela: – Composição Dispêndios:

COMPOSIÇÃO DISPÊNDIOS	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AV%	AH%
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	353.103.286,83	349.007.696,18	74,34	1,17
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	44.023.720,68	41.249.972,38	9,27	6,72
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	50.605.767,77	39.379.251,02	10,65	28,51
SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE	27.257.523,08	23.464.292,72	5,74	16,17
<b>TOTAL</b>	<b>474.990.298,36</b>	<b>453.101.212,30</b>	<b>100,00</b>	<b>4,83</b>

Fonte: SIAFI 2021, 2020.

## 10 - NOTAS EXPLICATIVAS 4º TRIMESTRE Á DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de Caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção regular do financiamento dos serviços públicos. (MACSP, parte V, 7º Ed. 2017).

### 10.1. Ingressos:

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do quarto trimestre de 2021, a Geração Líquida de Caixa de R\$ 3,79 milhões, saindo de um saldo negativo para R\$423,4 apresentando um incremento de 995,82% em comparação ao mesmo período de 2020, conforme tabela abaixo:

Tabela: – Geração Líquida e Equivalente de Caixa:

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AH%
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	23.464.292,72	23.887.729,74	-1,77
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	27.257.523,08	23.464.292,72	16,17
GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.793.230,36	-423.437,02	-995,82

Fonte: SIAFI 2021, 2020

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento do valor líquido de caixa.

Verifica-se o aumento de 81,61% do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. O aumento do desembolso para das atividades operacionais, foram as que mais contribuíram para a geração líquida deficitária na Geração de Caixa, quando comparada ao mês de dezembro do exercício anterior, tendo o item mais relevante o relacionado a pagamento de Pessoal e Demais Despesas relacionados a Educação.

Tabela: – Geração Líquida e Equivalente de Caixa por Atividade:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVALENTE DE CAIXA – POR ATIVIDADES	DEZEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	AH%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.760.574,57	5.374.459,50	81,61
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	-5.967.344,21	-5.797.896,52	2,92
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTOS	--	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>3.793.230,36</b>	<b>-423.437,02</b>	<b>-995,82</b>

Fonte: SIAFI 2021,2020.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Dos ingressos, o item que apresentou maior incidência foram as “Transferências Financeiras Recebidas”, com R\$ 397,2 milhões, compreendendo os recursos financeiros recebidos pelo IF Baiano do Ministério da Educação (MEC) e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício e pagamento dos Restos a Pagar (extra orçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

## 10.2. Desembolsos:

Dos desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Economia.

No quarto trimestre de 2021, os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias “Pessoal e Demais Despesas” totalizaram R\$ 298,6 milhões, correspondendo a 76,85% do total de desembolso, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R\$ 284,9 milhões, representando 95,44% do total das despesas orçamentárias “Pessoal e Demais Despesas”.

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Os ingressos de Investimentos, compreendem as receitas referentes à alienação de Ativos Não Circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

Os desembolsos de Investimentos, compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos na ordem de R\$ 4,8 milhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem. Esses desembolsos correspondem em sua maioria para aquisição de Ativo Não Circulante.

Salvador, 20 de Janeiro de 2022.

Eron Paz Rosado

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano  
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração  
Coordenação Geral de Contabilidade

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
Coordenação-Geral de Contabilidade – CCON

## **ANEXOS: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

4º TRIMESTRE 2021